
BERTHO, Alain. *Os outros somos nós: etnografia política do presente*. Canoas: Ed. Ulbra, 2008. 152 p.

Talita Jabs Eger*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

Alain Bertho, antropólogo francês é, atualmente, professor na Universidade de Paris 8. Tendo como campos privilegiados de pesquisa a antropologia urbana, antropologia política e a antropologia da *mundialização* e do *altermundialismo*, é autor de sete obras, além de outras 12 escritas em colaboração com outros pesquisadores, inúmeros artigos e relatórios técnicos.

A obra *Os outros somos nós: etnografia política do presente*, ainda que publicada em 2008, não teve grande repercussão no meio acadêmico brasileiro. Os motivos, no entanto, devem-se menos à relevância dos problemas tratados pelo autor do que ao alcance de divulgação da editora que aqui lhe promoveu.

Não foi sem motivo que a obra foi publicada com um intervalo de sete meses na França e no Brasil. O ano de 2008 viu nascer a parceria entre os dois países a partir do que foi chamado, nesse período, de Observatório Franco-Brasileiro das Periferias.¹ O observatório se propunha a “desenvolver inteligência social e metodologias para as periferias” e constituir-se em uma “ferramenta de empoderamento de territórios historicamente excluídos do Estado”, conforme anunciado na cerimônia de assinatura do protocolo de cooperação que o instalou em 15 de maio de 2008, na sede da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), em Canoas (RS). E neste contexto é que a presente obra articula as problemáticas que incitaram a parceria entre pesquisadores franceses e brasileiros.

O “pequeno” livro de 152 páginas, organizado em sete capítulos e 49 subtítulos, propõe uma complexa e salutar leitura crítica sobre as questões

* Mestranda em Antropologia Social.

¹ Atualmente chamado de Observatoire International des Banlieues et des Périphéries.

do “presente”. Indo do geral ao particular, do amplo conceito filosófico à experiência vivida, Bertho nos conduz por acontecimentos contemporâneos, promotores de surpreendentes rupturas sociais e culturais, que colocam sob suspeição as clássicas e já enfraquecidas dicotomias “nós/outros”, “lá/aqui”, “centro/periferia”, “erudito/popular”, “esquerda/direita”.

Se o início da obra, os três primeiros capítulos, é marcado pela apresentação dos problemas filosóficos que constituem, segundo ele, a globalização como um desafio intelectual para os antropólogos, nos quatro capítulos que seguem, o autor se debruça sobre acontecimentos de grande relevância para a Europa no século XXI. Quem não se lembra do impacto promovido pelas imagens de carros queimados bloqueando ruas nas periferias francesas em outubro e novembro de 2005? Ou ainda, da ampla discussão, internacionalmente promovida, acerca do laicismo francês e dos direitos das mulheres que teve como principal eixo o véu utilizado, em espaços públicos, pelas muçulmanas na França?

Articulando complexos conceitos acerca do *tempo, espaço, acontecimento, medo, saber, política, trabalho, identidade, alteridade*, a importância da *palavra* à constituição disso que chamamos de *globalização*, Bertho procura, a partir de um contexto que lhe é bastante próximo, a França, discutir sobre as noções hegemônicas envolvendo as dimensões da política e do saber. Para o autor, diferentemente do que muitos afirmam a globalização não trouxe consigo uma era de paz, nem tampouco uniformizou o mundo. Esta época, que se define pelos fluxos constantes de mercadorias, informações, culturas, pessoas “fragmenta-se infinitamente, da escala continental à escala de bairro”, multiplicando alteridades (p. 7). Este é o movimento produzido ao longo da obra – do universal ao particular.

Para o autor, cada época foi pensada através de fortes cosmologias (cristianismo, humanismo, etc.), no entanto todas tinham em comum o fato de mirar o futuro. Nossa época, contudo, a chamada pós-modernidade, se define pelo seu passado, deparamo-nos com novos problemas, novas subjetividades, mas nossas ferramentas conceituais foram herdadas. Daí a necessidade de pensar esta época de outra maneira. Assim, faz-se necessário aprendermos a olhar, escutar, ver e entender o que constitui “o universo ou os universos de pensamentos de nossos contemporâneos” (p. 21), como Bertho nos mostrará no primeiro capítulo (“Ser de seu tempo”).

Uma das dificuldades encontradas para compreender este presente que se manifesta e se impõe encontra-se no âmbito da *palavra*. “Faltam-nos palavras”, segundo o segundo capítulo da obra. Faltam-nos palavras adequadas para nomear de maneira clara e inteligível as novidades que se produzem nestes processos contemporâneos que tentamos descrever. Quando não nos faltam, tornam-se campos de batalha semântica e definicional. Para o antropólogo, um exemplo desta dificuldade em nomear é a manifestação ocorrida em outubro e novembro de 2005 nas ruas dos subúrbios franceses, caso equivalente às manifestações de maio de 1968. Ambas ficarão marcadas como sendo simplesmente “acontecimento”, por não haver consenso mínimo sobre o nome apropriado. Sobre isso, o autor se questiona: “Um movimento sem palavra, sem reivindicações enunciadas, seria, exatamente por essas razões, ‘inominável’?” (p. 38). Ao que ele responderá em seguida, “pode ser a falta de ‘palavras para dizê-lo’ que infere seu modo de expressão e sua ‘violência’” (p. 38). Esse mutismo perturbador dos incendiários não se configura como incapacidade de falar, mas, sim, uma recusa de interlocução (p. 39).

A incapacidade de nomear, nesses casos em especial, pode ser compreendida a partir da ligação que o autor encontra entre a “identificação da singularidade subjetiva do acontecimento” e seu “reconhecimento como fato político” (p. 47). Isso se deve, argumentará no terceiro capítulo, “Falta-nos tempo”, porque esse tipo de acontecimento proporciona rupturas as quais se procura explicar a partir de sua recolocação em um contexto histórico. Encontramos aqui o limite da razão histórica que desvaloriza os atos e, ao “embaralhar a nomeação do acontecimento”, marca-o como “um ponto de chegada objetivo, não como um ponto de partida subjetivo” (p. 47).

O domínio das palavras forja-se como um dos maiores desafios sociais, um “desafio de poder, por excelência” (p. 62). Este é o domínio que alimenta a força da grande mídia. A força desta entidade reside em sua capacidade de validar e invalidar informações, em sua capacidade de “controlar a atualidade” (p. 63), em nomear o contemporâneo.

Os capítulos 4 e 5, intitulados “Nós e os outros” e “Cidade aberta”, respectivamente, nos informam sobre movimentos de altermundismo que, ao mesmo tempo em que se abrem para a presença do Outro, apontam para uma dimensão temporal da utopia diferente daquela que marcou (e ainda marca) os partidos políticos mais tradicionais. Esse “espaço aberto”, não deliberativo e representativo de uma “sociedade civil mundial” no qual o Fórum Social

Mundial se constitui, pode ser pensado como um exemplo possível do encontro, nem sempre ameno, de subjetividades e da construção coletiva de um espaço de interlocução entre “diferentes”.

O capítulo 5, por sua vez, aponta para a cidade como o espaço no qual “um emaranhado de redes práticas e subjetivas” (p. 84) pode ser encontrado. É nesse espaço que vizinhos podem se tornar verdadeiros estranhos, no qual se produz uma urbanidade baseada no controle através do medo. É o espaço que viu nascer, na década de 1980, a noção de *periferia* e com ela seus equivalentes politicamente devastadores: “imigrantes”, “violências”, “insegurança”, “exclusão”. A “invenção da periferia” proporcionou a “construção da identidade a partir da recusa do outro” (p. 97). É sobre o medo que o “outro” causa, simplesmente por se impor, aparentemente, como uma ameaça para a existência de alguns grupos que se definem como “nós”, que tratará o sexto capítulo, “A ordem e o medo”. O último capítulo, “O comum e o universal”, retoma aquelas que foram as questões norteadoras de todo o livro e que, segundo o autor, se configuram como o elemento comum desta “humanidade fragmentada pelo ódio” (p. 8), a dificuldade de se pensar enquanto humanidade seja na identidade seja na alteridade, e de pensar seu tempo. Nesse momento ressurgem a figura do antropólogo que teve suas atribuições questionadas no início da obra. A este cabe, por um lado, restituir o saber aos seus interlocutores e, por outro, contribuir para reconciliar o “nós mesmos” e o “nós outros”.